

Questão de consciência pública

Tudo indica que a Mesa da Câmara dos Deputados finalmente tomou consciência (antes tarde do que nunca!) de que o ritmo dos trabalhos da Casa está muito aquém da gama de problemas que enfrenta a sociedade brasileira, que demandam urgente solução em termos de produção legislativa. Em longa reunião promovida pelo presidente da Câmara, deputado Íbsen Pinheiro (PMDB-RS), da qual participaram líderes dos partidos e presidentes das comissões, foi decidido procedimento especial para votar, com prazos fixados para a apresentação dos respectivos pareceres, projetos considerados prioritários.

Diga-se antes de mais nada que, apesar de os projetos selecionados serem importantes, tais como os relativos a novas normas para contratos e licitações públicas, a organização da Advocacia-Geral da União, a modernização do sistema portuário, a nova lei orgânica do partidos políticos, etc., outros de importância pelo menos equivalente ficaram de fora. Tal é o caso do projeto de propriedade industrial, de marcas e patentes, fundamental para pôr termo à animosidade que se intensifica com parceiros essenciais a nosso comércio exterior, como os EUA. E no mesmo plano de relevância estariam incluídos o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o do imposto sobre grandes fortunas, o da regulamentação do Sistema Financeiro, o de participação nos lucros,

etc. Sobre sua urgência, os líderes não chegaram a acordo...

Se é discutível o fato de o presidente da Casa ter considerado, seguindo a opinião dos líderes, de "prioridade dramática" apenas oito projetos, não incluindo no rol deles as emendas constitucionais que o Executivo reputa indispensáveis para a almejada modernização do País, também é questionável o sistema adotado por esse "rito especial":

esgotados os prazos fixados sem que os pareceres sejam apresentados, os líderes partidários vão requerer "urgência urgentíssima" para os projetos, que serão relatados em plenário por deputados designados pela Mesa. Quer dizer, é possível que se torne relator um parlamentar que acabou de passar os olhos sobre determinada matéria...

Não seria necessário lembrar que a baixa produtividade dos parlamentares federais, neste primeiro semestre, tem decorrido em boa medida de uma pauta bloqueada por vetos presidenciais que ninguém tem interesse em votar. É claro que o deputado Íbsen Pinheiro sabe muito bem — como de resto sabem os líderes, os parlamentares, o governo e o País inteiro — que o que não for decidido no primeiro semestre ficará pendente todo o segundo, porquanto os legisladores estarão assober-



bados de trabalho em suas respectivas regiões, em razão das eleições municipais. Na reunião destinada a dinamizar os trabalhos do Legislativo federal, porém, foram detectadas outras causas do emperramento dos trabalhos, que muitos haveriam de julgar inusitadas.

Descobriu-se, por exemplo, que as luzes e as câmeras de televisão têm sido um obstáculo à celeridade do trabalho parlamentar. É que alguns parlamentares, atraídos pela presença de câmeras de TV que fazem reportagens em outras salas, deixam de comparecer às sessões "mais áridas" das comissões técnicas. Por esse motivo a Mesa resolveu não permitir a realização de audiências públicas, seminários e tomadas de depoimentos em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), às terças e quartas-feiras.

Percebeu-se que o fato de algumas CPIs convocarem ministros (ou ex-ministros), técnicos, assim como personalidades para depor em rumorosos casos — e, realmente, isso foi o que não faltou este ano nos recintos das Casas Legislativas federais —, provoca, naturalmente, interesse da imprensa. Por esse motivo às terças e quartas-feiras têm havido grande movimentação de câmeras e microfones no corredor que leva às salas das comissões. E o

problema é que, por integrar essas comissões, por interesse pelos assuntos (rumorosos) ou simplesmente para "pegar uma carona" nas imagens da televisão, muitos parlamentares escapam ao trabalho em suas próprias comissões técnicas, o que retarda a aprovação de pareceres sobre projetos em tramitação.

Diga-se que há uma necessidade imperiosa de os legisladores, de alguma forma, superarem o gritante marasmo ou a baixa produtividade que em nada corresponde às expectativas que a sociedade nutre pela atuação de um dos poderes de Estado. É bom que se entenda, no entanto, que essa queda de produtividade seria menor se não houvesse o costume de os representantes do povo estarem em Brasília apenas no meio da semana. Por outro lado, nossos legisladores precisam tomar consciência de que eleições — especialmente municipais, visto que não se trata do momento em que os congressistas têm que lutar para renovar os próprios mandatos — não podem ser obstáculo ao serviço prioritário para o qual foram escolhidos pelos cidadãos eleitores.

Admita-se a invenção de novos métodos para dinamizar os trabalhos legislativos, mas reconheça-se, acima de tudo, que há um problema de consciência a ser permanentemente resolvido pelos que têm a responsabilidade de fazer funcionar o Poder Legislativo brasileiro.